

Unidos na ação

BEATRIZ AZEREDO

O câncer infanto-juvenil é um grave problema de saúde pública: é a principal causa de mortalidade em crianças e adolescentes brasileiros até 18 anos, e não mais as doenças infecciosas e respiratórias. E é uma doença rara em comparação ao câncer em adultos — cerca de 2,5% de todos os tumores malignos — apresentando sintomas que o confundem com outras doenças, o que dificulta o diagnóstico precoce.

Segundo o Instituto Nacional do Câncer, no biênio 2010-2011 deverão ocorrer 9.386 novos casos por ano. Infelizmente, muitos pacientes chegam ao centro de tratamento com a doença em estágio avançado, impedindo a cura, que pode chegar a 80% dos casos. Diagnóstico precoce e tratamento em centros especializados são fundamentais para a cura com menos intervenção terapêutica e maior qualidade de vida. É uma corrida contra o tempo e o sistema de saúde deve estar bem articulado para garantir essas condições.

A boa notícia é que o Rio de Janeiro tem hoje o Unidos pela Cura, que promove o diagnóstico precoce do câncer infantojuvenil. O Instituto Desiderata tomou essa iniciativa em 2003 e ganhou rapidamente a adesão dos gestores públicos, em especial da Secretaria municipal de Saúde, dos hospitais públicos e de outras organizações da sociedade civil. São oito anos de negociação, articulação, criação de relações de confiança e aprendizagem de uma nova forma de trabalho, baseada na construção coletiva e na integração entre atores públicos e privados e hospitais municipais, estaduais e federais.

Sintonizada com os princípios do SUS, essa política inova por sua sim-

plicidade, ao articular capacitação de profissionais para suspeitar sobre a doença, com um fluxo claro de acolhimento e encaminhamento das crianças e adolescentes e monitoramento para acompanhar os casos e identificar gargalos na rede pública. Antes, crianças e jovens em tratamento de câncer tardavam em média 60 dias para chegar a um centro especializado; hoje o Unidos pela Cura tem o compromisso de acolhimento das suspeitas em até 72 horas nos hospitais polos de investigação.

São pilares desse processo: a resposta entusiástica de pediatras e profissionais da atenção básica; a adesão dos gestores públicos; a participação dos profissionais dos hospitais pediátricos e centros de tratamento; e a colaboração de organizações da sociedade civil.

O Rio de Janeiro conta hoje com ampla rede voltada para o câncer infanto-juvenil, base de uma política pública incluída no Plano Municipal de Saúde e que é objeto de um Termo de Compromisso com o Ministério da Saúde e todas as instituições responsáveis, públicas e privadas.

O Unidos pela Cura também ampliou sua atuação, incorporando a humanização do tratamento, com o Aquário Carioca e a Hospedaria Juvenil, investimentos nas salas de quimioterapia e em enfermarias para jovens. Essa iniciativa do Desiderata, com parceria de Gringo Cardia e de investidores privados, oferece espaços acolhedores e lúdicos para crianças, adolescentes, familiares e profissionais de saúde, e já está implantada em quatro hospitais públicos: Lagoa, Servidores, IPPMG (Fundão) e Hemorio.

De outubro de 2008 a abril deste ano, a capacitação para a suspeição precoce envolveu 689 profissionais de saúde; 488 crianças e adolescentes foram encaminhadas com cartão

de acolhimento do Unidos pela Cura, das quais 210 tiveram confirmada a doença. Esses resultados vão dando visibilidade a enormes desafios de qualificação e fortalecimento da rede pública especializada. Dificuldades de acesso a exames de imagem, déficit de profissionais nos centros de tratamento e ausência de informações atualizadas sobre os serviços públicos de tratamento são os principais problemas. São questões estruturais a serem resolvidas com urgência para suprimir os gargalos na rede pública. Promover o diagnóstico precoce e garantir o tratamento em centros especializados são fundamentais para alcançar a cura do câncer infantojuvenil com qualidade de vida.

BEATRIZ AZEREDO é professora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e diretora do Instituto Desiderata.

Contrair a política monetária não é melhor saída.
Por *Fernando Ferrari Filho e Andre de Melo Modenesi*

Faz sentido controlar a inflação elevando a Selic?

Nos últimos anos, os mercados de commodities têm sido influenciados pelo processo de globalização financeira, entendida como financeirização da riqueza. Nesses mercados, tem-se observado uma dinâmica especulativa na formação de seus preços. Esse comportamento especulativo dos preços das commodities, especialmente agrícolas e energéticas, explica boa parte das pressões inflacionárias globais, em 2007 e 2008. Essas pressões voltaram à tona no segundo semestre de 2010 e têm sido um dos principais responsáveis pela inflação mundial.

Como resposta a esse tipo peculiar de inflação — que vem pelo lado dos custos e, não, da demanda —, as autoridades econômicas internacionais adotaram políticas de elevação dos juros. Em uma situação em que a recuperação da economia mundial está longe de consolidada, essas autoridades deveriam elevar os juros para conter os efeitos (secundários) sobre a inflação doméstica oriundos de choques exógenos protagonizados pela alta das commodities?

No Brasil, infelizmente, o Banco Central (BC) parece entender que sim. Em linha com o regime de metas de inflação, a Selic é tida como o instrumento mais indicado para debelar as pressões inflacionárias — independentemente de sua natureza.

Assim sendo, com o intuito de desaquar a economia e, portanto, conter o avanço dos preços, iniciou-se novo ciclo de alta da Selic no ano passado (atualmente ela se encontra em 12,25%). Todavia, a despeito das recorrentes elevações da Selic, a inflação brasileira continua se acelerando. Por uma razão muito

simples: a inflação brasileira, assim como a de outros países emergentes, não é predominantemente de demanda.

Vejamos, portanto, nosso argumento de que a atual inflação brasileira não decorre de um excesso de demanda. Nos últimos 12 meses, entre junho de 2010 e maio de 2011, o IPCA acumulou alta de 6,55%. A contribuição, aproximada, de cada grupo de produtos para o referido valor foi a seguinte: alimentos e bebidas, 2,0%; transportes, 1,1%; educação, 0,6%; despesas pessoais, 0,8%; vestuário, 0,5%; habitação, 0,8%; saúde e cuidados pessoais, 0,6%; artigos de residência, 0,1%; e comunicação, 0,1%. Os grupos alimentação e bebidas e transportes — influenciados pelo choque internacional das commodities — foram responsáveis por quase metade da inflação, nos últimos 12 meses.

Seguiremos batendo recordes mundiais de juros, sem que a inflação se reduza de forma contundente

Considerando-se que a inflação brasileira deriva, fundamentalmente, de choques de preços internacionais, contrair a política monetária não é a solução mais apropriada. Além disso, vale lembrar que, em condições normais, conter a inflação com origem no lado da oferta por meio de elevação da taxa básica de juros acaba gerando um sacrifício adicional.

Por quê? Porque, por um lado, atua-se meramente sobre os sintomas e não sobre as causas da inflação. Nesse caso a política monetária meramente conteria os efeitos secundários da inflação importa-

da: ao retrair a atividade, coibiria o repasse dos preços externos para os preços domésticos. Por outro lado, porque, ao se restringir a política monetária amplia-se o impacto recessivo de uma elevação dos custos de produção.

Isso é verdade, mesmo na hipótese de que o mecanismo de transmissão da política monetária funciona perfeitamente. A questão é que, no caso brasileiro, esse mecanismo não tem funcionado adequadamente. Nesse sentido, pode-se explicar a persistente coexistência de taxas reais de juros anormalmente altas (somos recordistas nesse critério) com níveis relativamente elevados de inflação. Em outras palavras, o IPCA tem-se mostrado pouco sensível ao nível de atividade econômica. Portanto, o BC não tem sido capaz de trazer o IPCA para a meta de inflação (4,5% ao ano), apesar das altas taxas.

A existência de problemas no mecanismo de transmissão amplia ainda mais o sacrifício imposto pela política monetária à sociedade brasileira. Nesse particular, não é demais ressaltar que o custo de uma redução da inflação por meio da elevação da Selic tem sido muito alto, pois (1) a economia cresce pouco (temos a pior taxa média de crescimento dentre os países emergentes), (2) o real é umas das moedas que mais se valoriza e (3) as contas

públicas são contaminadas, transformando o superávit primário em déficit nominal.

O alto sacrifício imposto pela política monetária à sociedade brasileira torna urgente a busca de mecanismos alternativos de combate a inflação. Ou seja, critica-se a concepção de que a Selic deva ser o único instrumento de combate a inflação. Nesse caso não há “receita de bolo”: pressões inflacionárias com causas distintas devem ser combatidas com diferentes instrumentos. O BC ensaiou uma mudança nesse sentido com o uso das medidas de controle de crédito (acanhadamente denominadas de macroprudenciais) tomadas no final do ano passado.

Entretanto, parece que ele abandonou tal caminho, o que lamentamos, e voltou a elevar a Selic, o que consideramos inapropriado. Infelizmente, indo nessa direção, vamos continuar batendo recordes mundiais em termos de taxas de juros (reais), sem que a inflação se reduza de forma mais contundente.

Fernando Ferrari Filho é professor titular da UFRGS

Andre De Melo Modenesi é professor adjunto do IE/ UFRJ. Ambos são pesquisadores do CNPq.



Lena Lavinas: Erradicação da miséria, bons auspícios

De lema de campanha a desenho de um programa de ação, nem sempre vinga a transmutação quando se trata de política pública. O diferencial do Plano de Erradicação da Miséria do governo federal, lançado à sombra das disputas políticas da República, é ser corajoso, ambicioso e absolutamente factível. E ainda inovador.

É corajoso por reconhecer que milhões de brasileiros e brasileiras, embora elegíveis ao Bolsa Família, estavam à margem do direito a uma renda mínima de subsistência. O processamento do Censo de 2010 ainda não permitiu conhecer o número de famílias que, vivendo abaixo da linha de R\$ 70 mensais per capita, não recebe nenhum benefício, não tendo direitos elementares assegurados.

Pelos dados da Pnad 2009, um terço dos arranjos familiares considerados indigentes não era alcançado pelo programa, algo como 3 a 4 milhões de pessoas.

É corajoso revelar com transparência que um dos grandes trunfos de um governo avaliado de forma tão positiva como o governo Lula necessitava de reparos importantes para superar ineficiências horizontais, que geram iniquidades entre os mais necessitados.

É ambicioso por afirmar que a intersetorialidade é a mola mestra da política social e por ter como meta implementá-la de fato. Deixa para trás os controles tão pouco efetivos à frequência escolar e às visitas aos postos de saúde que o Bolsa Família mantém para promover a aquisição de dotações, que são a fragilidade maior de quem é pobre.

Renda é indispensável em uma economia de mercado -e as externalidades positivas dessa política tornaram-se incontestes aos olhos dos mais reticentes na crise de 2008/2009. Porém, como nos ensinou Amartya Sen, é igualmente necessário ser capaz de transformar renda em bem-estar, dotações básicas em meios de vida.

Não se convertem automaticamente bens primários como educação elementar ou outras acessibilidades em capacidades e habilidades para viver autônoma e livremente. O compromisso da nação em assumir o desafio de ampliar essas dotações básicas é o DNA do novo plano. É factível, pois o Brasil conta hoje com institucionalidade, no âmbito do nosso sistema de seguridade social, que garante meios para tornar efetivas tais práticas.

O Suas (Sistema Único de Assistência Social) acaba de ser aprovado no Senado, novamente na total ignorância dos brasileiros, que desconhecem os marcos legais de intervenção de que dispõem para forjar uma sociedade mais justa e igualitária, liberta da miséria.

Mobilizar os Centros de Atendimento da Assistência Social na busca ativa, ampliar e fortalecer o Programa Saúde da Família, operando na inclusão, criar oportunidades por meio da descoberta de formações ou mesmo apenas em um aprendizado mais constante das letras e dos números para quem nem conseguia perceber as grandes mudanças recentes do país, tamanha sua exclusão, é pouco e ao mesmo tempo um gigantesco desafio.

Tornar melhores e operacionais nossas próprias estruturas de intervenção, valorizando os servidores na sua prática cotidiana territorializada, é uma grande transformação, desta feita salutar.

Finalmente, é inovador porque consegue levar em consideração a realidade de cada rincão deste país na articulação de necessidades e oportunidades. Não é tarefa fácil, toma tempo, energia e não vai custar tão barato como se apregoa.

Oferecer oportunidades é muito mais caro e trabalhoso do que apenas prover um auxílio monetário que garante consumir um pouco mais do mesmo. Trata-se agora de prover aquilo cuja ausência e o não acesso são o alimento da miséria.

Seria uma lástima se nós, brasileiros, mais uma vez, desconhecêssemos o que está em curso. Afinal, quem não se orgulha de pensar que seremos finalmente um país rico se formos verdadeiramente um país sem miséria?

* é doutora em economia, é professora associada do Instituto de

Economia da UFRJ(Universidade Federal do Rio de Janeiro).